VIII Simpósio Nacional de História Cultural
MEMÓRIA INDIVIDUAL, MEMÓRIA COLETIVA E HISTÓRIA CULTURAL
Universidade Federal do Tocantins – UFT
Araguaína – TO
14 a 18 de Novembro de 2016

A LUTA DOS SEM-TERRAS: O CASO DO ACAMPAMENTO NOSSA SENHORA APARECIDA - MUNICÍPIO DE MARABÁ-PA

Adriana Silva de Sousa*
Airton dos Reis Pereira**

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, acampar tem sido uma das principais estratégias dos trabalhadores rurais sem-terra quando se propõem a lutar pela aquisição de um determinado imóvel improdutivo. É por esse meio que certos grupos de trabalhadores rurais organizam-se e tornam-se movimentos de reivindicação de seus direitos: a terra e as condições de reproduzir-se enquanto sujeitos e protagonistas de suas lutas. É nesse contexto que buscamos construir reflexões sobre as disputas por terra no município de Marabá (PA), a partir do caso do Acampamento Nossa Senhora Aparecida, na Fazenda Itacaiúnas.

Segundo Rothman (1994), o Estudo de Caso é uma estratégia de pesquisa vantajosa uma vez que possibilita o investigador utilizar uma série de técnica de coletas

* Educadora do Campo, graduada pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará- UNIFESSPA (Curso de Educação do Campo). Atualmente cursa a especialização em Educação do Campo, Agricultura Familiar e Sustentabilidade na Amazônia pelo Instituto Federal do Pará (IFPA), e esta como professora Substituta do IFPA- Campus Rural de Marabá.

** Doutor em História (UFPE) e professor da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Campus de Marabá.

de dados, incluindo a observação direta, entrevistas semiestruturadas, além de uma variedade de fontes propiciadas por artefatos e documentos de diversas naturezas, diretamente ligados ao caso pesquisado. Ou seja, é um método que "permite que a investigação empírica mantenha as características holísticas e significativas de eventos da vida real" (p.246).

Mas vale dizer ainda que para maior compreensão do caso estudado, foi de fundamental importância as análises propiciadas por vários autores como Hébette (2004), Velho (1981), Emmi (1987), Assis (2007), Pereira (2015), Gonh (2008), entre outros, que nos possibilitaram profícuas reflexões sobre a problemática da luta pela terra.

OS SEM-TERRA E OS SEUS ACAMPAMENTOS

Os acampamentos, de uma forma geral, são uma espécie de pressão sobre o Estado para que a reforma agrária se efetive. Ou seja, tem sido por este meio que muitos trabalhadores rurais conseguiram que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) criasse inúmeros Projetos de Assentamentos na região. Hoje, segundo os dados desse órgão, são 504 assentamentos no sul e sudeste do Pará onde estão cerca de 71.000 famílias de trabalhadores. Mas os acampamentos tem sido também o lugar onde os trabalhadores normalmente passam a compreender que é por meio da luta pela terra que outros direitos como saúde, educação, créditos para a produção, habitação, entre outros, são imprescindíveis para que as famílias permaneçam na terra e produzam com dignidade. É nessa perspectiva que as organizações dos trabalhadores rurais do sudeste paraense e diversas entidades de medicação compreendem os acampamentos.

Estes (acampamentos) são formados normalmente por famílias pobres: trabalhadores que já experimentaram anos de deslocamentos, trabalhando de fazenda em fazenda como empregado temporário, meeiro ou agregado ou são pessoas que vivenciaram diversas situações de sofrimento, sobretudo, quando tentaram a sorte nas periferias das cidades e ali enfrentaram numerosos problemas financeiros, desempregos, moradias precárias entre outros. Ou seja, são espaços constituídos normalmente por migrantes de diversas regiões do país que chegaram à região com o intuito de melhorar as suas vidas por meio de empregos ou lotes de terra para trabalhar e sustentar as suas famílias.

Segundo Silva (2010) e Figueira (2004), as pessoas migram por motivações diversas, mas para o Norte do país os deslocamentos de pessoas tem sido normalmente

em razão do trabalho ou da terra. Tecendo as suas análises sobre os processos migratórios para o sudeste paraense, Silva (2010), afirma que grande parte das pessoas dirigem-se, pelo menos num primeiro momento, para as cidades da região ocorrendo significativa concentração dessas populações na cidade de Marabá e ali se instalam nos bairros periféricos. Já Pereira (2015b), ao fazer as suas análises sobre as condições sociais e econômicas dos moradores de bairros de Marabá afirma que,

> Grande parte da população dos bairros não tem profissão definida e é submetida à mobilidade constante, ganhando a vida como trabalhadores temporários e de serviços diversos, sendo famílias de 'sem terras' em busca de um pedaço de chão, moradores que buscam trabalho na construção civil como pedreiro ou como servente de pedreiro ou são carroceiros, trabalhadores do comércio, das siderúrgicas, das serrarias, das olarias, da prefeitura ou são assalariados rurais temporários nas fazendas e carvoarias da região (p.72).

Na citação acima, o autor destaca pontos sobre a vivências dos trabalhadores em meio às situações exigidas no cotidiano das cidades: condições mínimas de sobrevivência. São trabalhadores com dificuldades de inserção no mercado de trabalho por falta de experiências em trabalhos urbanos e sem nenhuma ou pouca escolaridade.

Ainda com relação à migração, vale ressaltar as informações que encontramos em 49 fichas de cadastro dos acampados filiados ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá (STTR), do grupo Estrela Dalva, do Acampamento Nossa Senhora Aparecida, na fazenda Itacaiúnas. Foi possível verificar que a maioria dos acampados nasceram no Estado do Maranhão, com percentual de 41%. O restante era formado por paraenses, baianos, goianos, tocantinenses, cearenses, mineiros e paranaenses. Quer dizer, a maioria das famílias de trabalhadores rurais sem-terra acampada naquela fazenda é formada por migrantes de outras regiões do país.

Parafraseando Martins (2008), cremos ser importante ressaltar que a migração em si não é um problema pois estes migrantes[1] estão procurando melhores meios e lugares para a sua sobrevivência, fugindo da exclusão vivenciadas em seus locais de origem. A questão está, talvez, na maneira de como esses migrantes serão incluídos em seus locais de destino em razão da prática da violência perpetradas por fazendeiros com o uso da força policial e/ou de pistoleiros e do papel desempenhado pelas instituições do Estado

[1] Estamos nos portando somente aos migrantes descritos nesta pesquisa, que são aqueles pauperizado, que estão na busca pela a sobrevivência familiar. Apontados em pesquisa como os inseridos em acampamentos.

responsáveis pela questão agrária (PEREIRA, 2015a). Quer dizer, não só o Estado tem sido moroso na realização a reforma agrária, como tem sido conivente com a violência praticada por policiais e pistoleiros a mando dos grandes proprietários de terra. Se uma parte considerável consegue adquirir um pedaço de terra, outra, vítima da violência, vai se estabelecer nas periferias das cidades, vilas e povoados, podendo, em razão de suas condições de vida, reiniciar num médio ou longo período a luta pela terra. Nessas condições o que lhes resta, às vezes, são os trabalhos degradantes e "a perversidade [...] em fazer da vítima cúmplice da perversão" (MARTINS, 2008 p.129).

Dessa forma, cria-se um ciclo familiar de excluídos/incluídos. No ciclo de vítimas do sistema capitalista envolve uma família inteira e seus descendentes, devido a fajuta inclusão. Inclusão esta forçada pelo sistema capitalista, muitas vezes inconsciente o nível da perversidade por seguir a lógica de trabalhos que não transformará as suas condições de sobrevivência (MARTINS, 2008). Isso significa que, uma parte das famílias migrantes e sua geração continuará em serviços temporários, sem renda, exercendo trabalhos até mesmo de degradação moral.

Esse contingente acaba compondo parte das famílias de trabalhadores rurais sem-terra acampadas. Medeiros (2003) afirma ter encontrado a presença crescente de trabalhadores de origem urbana nos acampamentos e em ocupações de terra pelo Brasil. Para ela, isso é devido as necessidades econômicas que recaem sobre as famílias, sobretudo das periferias urbanas: homens e mulheres desempregados ou sem empregos estáveis.

Mas vale dizer ainda que nas periferias urbanas estão um percentual relativamente grande de assalariados rurais e filhos de agricultores pauperizados que lutam por oportunidades como produtores autônomos, além de aposentados que almejam o acesso à terra como garantia de moradia e como complemento à sua renda. Esse seguimento da população, em geral, tem nível de escolaridade baixa, com dificuldade de se inserir no mercado de trabalho urbano (MEDEIROS, 2003). Já para a Comissão Pastoral da Terra da Diocese de Marabá (2013), os trabalhadores rurais sem-terra, em alguns casos, acabam optando pela terra para trabalhar, até mesmo quando, recebem alguma remuneração na cidade porque esta não supre as suas necessidades básicas. Outros, porém, optam também pela terra porque acham o trabalho em seus futuros lotes menos degradantes se comparado aos trabalhos vivenciados na cidade ou em propriedade de terceiros. Por esta razão, talvez, a luta pela terra tenha se tornado alternativa para

milhares de famílias de migrantes empobrecidos para sobressair à realidade árdua de ausência de emprego, de moradia e de renda.

Quer dizer, o que é possível perceber que os sem-terra fazem parte de um contingente de homens, mulheres e jovens marginalizados na sociedade, provindos tanto da cidade quanto do campo, muitas vezes decorrentes de migrações contínuas.

A LUTA DOS SEM-TERRA DO ACAMPAMENTO NOSSA SENHORA APARECIDA

O Acampamento Nossa Senhora Aparecida iniciou no ano de 2009 com famílias de trabalhadores rurais sem-terra ligadas ao STTR de Marabá. Essas famílias montaram acampamento numa pequena área da fazenda Itacaiúnas, do grupo Santa Barbara Xinguara S.A., de Daniel Dantas (Banco Opportunity), localizada a 70 quilômetros da sede do município de Marabá, nas proximidades da Vila Itainópolis. Ali, o acampamento era formado por três grupos, sendo, o grupo "Nossa Senhora Aparecida" com 100 membros, o primeiro a se estabelecer na área com o apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (FETAGRI), do STTR e da CPT. O segundo grupo, denominado de Santa Luzia, era formado por 57 famílias que havia sido remanejadas da fazenda denominada de Balão III e IV. O outro grupo que se integrou ao acampamento era formado por 27 famílias que provinham da fazenda Estrela da Manhã, depois de ter sofrido despejo por parte da justiça com apoio da Polícia Militar. Mas outros trabalhadores se integraram ao acampamento chegando a 200 famílias.

Foi possível perceber nas entrevistas realizadas com membros desse acampamento, o propósito desses sujeitos em viver em um acampamento: possuir uma parcela de terra somente sua e ali viver em liberdade em face da exploração dos grandes proprietários rurais ou da sujeição de diferentes formas nas periferias das cidades. Os entrevistados consideraram que viver como assalariados nas grandes propriedades ou de pequenos serviços nas periferias das cidades é muito mais difícil do que vida no campo. Primeiro, porque muitos admitiram que as suas trajetórias de vida estão relacionadas diretamente ao trabalho no campo, sobretudo porque os seus familiares eram trabalhadores da agricultura, mesmo em terras de terceiros. Segundo, porque afirmaram que sendo pessoas com poucos estudos ou analfabetos, a renda advinda de empregos na cidade pouco contribuem para o sustento da família, além de se sentirem inferiores às pessoas que conseguiram estudar.

Quer dizer, foi possível perceber que os trabalhadores passam a lutar pela terra porque querem possuir os seus próprios meios de produção e ser senhor de seus trabalhos e de suas decisões (PEREIRA, 2015a).

Outra questão pertinente mencionar aqui é que foi possível constatar que na disputa por terras, a estratégia do acampamento é reconhecida como um momento transitório porque devido as necessidades econômicas e táticas de enfrentamentos, ocupar toda o imóvel dividindo-o em lotes pequenos é de fundamental importância. Ou seja, acampar e ocupar foram dois momentos distintos e importantes no processo da luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Acampamento Nossa Senhora Aparecida.

A conquista da terra não acontece de maneira passiva e amistosa. Os sem-terra estão a cada dia refazendo suas histórias, construindo as suas estratégias de resistências, contrariando a morosidade dos aparelhos do Estado e enfrentado à impetuosidade dos grandes proprietários de terra. Por esta razão, a terra dividida e reconhecida como Projeto de Assentamento é fundamental. Por isso a organização do acampamento embora se possa reconhecer a existência de processos organizativos que o antecede como cadastramentos das famílias pelo STRR ou por alguma liderança, reuniões nas periferias urbanas ou em áreas de vilas rurais, mobilizações etc.

Ao aceitarem o convite para acampar, reivindicar a terra, prevalece a esperança de que o imóvel almejado logo seja dividido em pequenos lotes, no entanto ao conviver no local muitos trabalhadores percebem que a luta pela terra pode durar anos devido um conjunto de articulações contrárias à reforma agrária impetradas pelo proprietário e por instituições do Estado. Nesses casos, o papel desempenhado pelas entidades de representação e de mediação dos trabalhadores no processo de conscientização das famílias para que não percam a esperança e lutem pelos seus direitos.

Esse trabalho político-pedagógico realizado por estas instituições é de fundamental importância para a permanência das famílias no acampamento. Reafirma o sentido da luta pela terra, como essencial para que de fato a reforma agrária se efetive. Esta dificilmente será realizada se não for por meio da pressão por parte dos trabalhadores rurais. Foi assim que mais de 500 Projetos de Assentamentos foram criados no sul e sudeste do Pará. Somente no município de Marabá foram criados mais de 70. Veja a tabela abaixo.

PROJETOS DE ASSENTAMENTOS CRIADO NO MUNICÍPIO DE MARABÁ

Décadas	Números de PAs	Porcentagem de PAs	PAs criados após ocupação	PAs criados sem reivindicação dos trabalhadores	Tamanho da área em hectares	Quantidade de famílias Assentadas
2000 – 2013	29	37%	100%	0%	107.710,52	1.863
1990	44	56%	100%	0%	196.455,09	4.267
1970 – 1980	05	7%	100%	0%	117.063,36	1.253
Total	78				421.228,97	7.383

Fonte: INCRA/SIPRA (2014). Organização dos autores.

Em linhas gerais, a tabela acima representa a eficácia das reivindicações dos trabalhadores no processo de luta pela terra, sendo ela expressada principalmente através de acampamentos e de ocupações. Ou seja, embora a reforma agrária efetivada não seja a ideal almeja pelos movimentos sociais do campo, foi devido a luta dos trabalhadores, por meio de acampamentos e ocupações, que o Governo Federal desapropriou inúmeros imóveis improdutivos e neles assentou milhares de famílias.

Por fim, pode afirmar que "fazer acampamento" em dias atuais é de grande importância para o movimento dos trabalhadores rurais para que de fato a terra seja dividida e possibilite a sobrevivência de inúmeras famílias cerceadas de seus meios de produção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**, Salvador: Memorial da Letras, 1999. 160p.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária. Marabá, 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Setor Ouvidoria Agraria. Superintendência Regional Sul do Pará – SR (27), 09/06/2010.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA-CPT de Marabá. **Relatório Analítico "O Sul e o Sudeste do Pará e os conflitos pela a posse da terra"**, 2013 observatório sócio ambiental do Sudeste paraense. 31 p. Arquivo e documentação CPT de Marabá. 17/12/2014.

EMMI, Marilia. **A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: CFCH/NAEA/UFPA, 1987.

FERNANDES, Bernado Mançano. Acampamento: In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012 p.23-27.

GOHN, Maria da Gloria. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na Amazônia Latina.** Caderno CRH V.21, Salvador- BA, nº.54, set/dez. 2008, p.439-455.

MEDEIROS, Leonilde Servólo de. Reforma agrária no Brasil: **história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra**: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Recife: Editora da UFPE, 2015a.

PEREIRA, Airton dos Reis. A cidade invisível de Marabá. In: CAVALCANTI, Erinaldo; CABRAL, Geovanni. **A história e suas práticas de escrita:** leituras do tempo. Recife: Editora da UFPE, 2015b.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**. Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica. Rio de Janeiro, 2ª edição, Zahar, 1981.